

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

X

EM CAUSA A LEI ORGÂNICA HOSPITALAR

Fundação Cuidar o Futuro



Em conferência de Imprensa, representantes do Secretariado Nacional dos Hospitais (gravura) acusaram o Governo de ignorar as comissões de gestão eleitas nos hospitais distritais e, simultaneamente, tornaram pública a sua oposição ao teor do anteprojecto da Lei Orgânica Hospitalar.

«NACIONALIZAÇÃO» DAS MISERICÓRDIAS — PROPOSTA DO SECRETARIADO NORTENHO

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	16.NOV.1974	REPÚBLICA	

Trabalhadores hospitalares em desacordo com a lei orgânica

ACUSADO O GOVERNO DE IGNORAR AS COMISSÕES DE GESTÃO ELEITAS

Fundação Cuidar o Futuro

• SUGERIDA A «NACIONALIZAÇÃO» DAS MISERICÓRDIAS

O trabalho da Secretaria de Estado da Saúde é profundamente posto em causa pelos trabalhadores dos hospitais distritais e centrais do país. Entre outras, é feita àquele departamento governamental a acusação de utilizar métodos e processos que caracterizaram o regime anterior ao 25 de Abril.

Este e outros aspectos foram abordados ontem, durante uma conferência de imprensa que decorreu no Hospital de Santo António, promovida pelo Secretariado Nacional dos Hospitais (Zona Norte), com representação dos hospitais centrais e distritais desta zona e do Sindicato dos Médicos.

Duas questões fundamentais estão na causa do descontentamento dos trabalhadores hospitalares representados por aquele Secretariado: o facto de o Governo ignorar até ago-

ra, oficialmente, as comissões de gestão dos hospitais distritais; e o anteprojecto de Lei Orgânica, da Secretaria de Estado da Saúde, intitulada «Os hospitais e a comunidade».

Segundo o sr. dr. Jorge Catarino, daquele Secretariado, as comissões de gestão dos hospitais distritais, legítimas representantes dos trabalhadores, porque eleitas, estão a ser constantemente ignoradas pela Secretaria de Estado da Saúde, estão «a ser arrefecidas», processo que, comparou, era muito utilizado antes do 25 de Abril. O Secretariado não atribui as culpas do que se passa ao secretário de Estado mas sim a funcionários do departamento que, são, afirma, em grande número, os mesmos de antes do 25 de Abril. Consideram, assim, que é urgente o saneamento deles.

Entretanto, a cavar ainda mais o fosso já existente, o projecto da Lei Orgânica, da Secretaria de Estado da Saúde, intitulado «Os hospitais e a comunidade», foi rotundamente recusado durante a reunião alargada do Secretariado Nacional dos Hospitais, que decorreu em Leiria no princípio deste mês, e classificado de «profundamente antidemocrático, autocrático e tecnocrático». O projecto de diploma é rejeitado com base, sinteticamente, nos seguintes argumentos: confusão entre regulamentos de gestão de diferentes unidades hospitalares e lei orgânica, que deveria definir as linhas gerais da política hospitalar e da integração das respectivas estruturas num Serviço Nacional de Saúde, cujas coordenadas básicas não estão ainda definidas; ausência de descentralização e

regionalização do sistema hospitalar, de acordo com a orientação definida no Encontro Nacional dos Hospitais Distritais; ausência de coordenação a nível de cúpula mediante estruturas verdadeiramente representativas; imposição de um modelo único e demasiado pormenorizado de gestão hospitalar que se pretende aplicável a unidades com dimensão e inserção demogeográfica diferentes; órgãos de gestão e direcção definidas em moldes autocráticos e tecnoburocráticos que contrariam a real democratização das estruturas, ponto fundamental do processo revolucionário em curso; total falta de colegialidade nos órgãos de direcção de base; e insistência em manter uma linha tecnocrática, subordinando a perspectiva política à perspectiva técnica.

Estão os trabalhadores decididos a alargar e a organizar em moldes de eficiência o Secretariado Nacional dos Hospitais, de molde a torná-lo um «interlocutor válido do Governo».

Durante a conferência de imprensa, foi debatida a questão das misericórdias que possuem estabelecimentos hospi-

(CONT. NA PÁG. SEGUINTE)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	16.NOV.1974	REPÚBLICA	

Nacionalização das Misericórdias

(CONT.º DA PÁG.º ANTERIOR)

talares. O dr. Jorge Catarina referiu que o Secretariado do Norte é a favor da «nacionalização». Esclareceu que isto não significaria uma socialização das misericórdias, mas apenas uma mudança de gestor, que passaria a ser o Estado. De facto, disse, não vejo como isso poderia prejudicar alguém, na medida em que as misericórdias não são sociedades de acções, com prejuízo para accionistas, portanto. São sociedades que têm por finalidade fazer o bem e este objectivo naturalmente continuaria a cumprir-se.

Foram ainda divulgadas, durante a reunião, as posições individuais assumidas por diversos estabelecimentos hospitalares acerca da Lei Orgânica, posições estas que estão condensadas nos seus aspectos mais importantes nas conclusões que acima referimos.